ANA CRISTINA FORNETTI EIRAS

ESTRANGEIRISMOS: A APLICABILIDADE DO
PROJETO DE LEI Nº 1.676/99

FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS
NÚCLEO DE APOIO DE MOEMA
JABOTICABAL – SP

2008

ANA CRISTINA FORNETTI EIRAS

ESTRANGEIRISMOS: A APLICABILIDADE DO
PROJETO DE LEI Nº 1.676/99

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação São Luís, como exigência parcial para a conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Língua Portuguesa, Compreensão e Produção de Textos.

Orientadora: Professora Vanessa de Bello

FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS
NÚCLEO DE APOIO DE MOEMA
JABOTICABAL – SP

2008

Dedicamos

a nossa família, pela
paciência e compreensão
durante nossas ausências

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir ao homem pensar.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação da Faculdade São Luís, pela dedicação em aula e na orientação deste trabalho.

Aos colegas que participaram deste curso de pós-graduação e colaboraram com o enriquecimento das aulas.

“Em uma sociedade como a brasileira, na qual é imensa a disparidade na capacidade de consumo dos cidadãos e na qual a classe social consumidora sofre de grande insegurança social e se mira em modelo externo de consumo, norte-americano ou europeu, não surpreende que o anglicismo se preste para marcar a diferenciação competitiva entre quem dispõe desse capital simbólico e a massa não consumidora”.

(Garcez e Zilles, apud FARACO, 2002, P. 23)

RESUMO

Não há dúvida de que os estrangeirismos são importantes para o crescimento de uma cultura e enriquecimento de uma determinada língua, assim como para a evolução da mesma. Mas, para alguns estudiosos e interessados na preservação da língua portuguesa, o bombardeio de palavras e expressões da língua inglesa começa a parecer um exagero. A utilização desenfreada de termos estrangeiros que contêm significação e tradução para o português acaba caracterizando-se em falta de bom senso. Basta andar pelas ruas das grandes cidades brasileiras para nos depararmos com situações, no mínimo, inusitadas. A utilização desenfreada dos estrangeirismos por lojas, restaurantes e quaisquer outros estabelecimentos comerciais já chamam a atenção. Eles estão em toda parte, fazem parte do nosso dia-a-dia. Outros lingüistas defendem que blindar a língua portuguesa de novos termos seria quase como cometer um preconceito lingüístico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 História dos estrangeirismos no Brasil	10
1.1 A evolução do estrangeirismo	11
1.2 Globalização	13
2 Justificativa do Projeto de Lei	16
3 Prós e contras da aplicabilidade do Projeto de Lei	20
CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS	28

INTRODUÇÃO

A globalização é uma tendência mundial que vem ganhando forma e poder ao longo dos anos. Não podemos, então, deixar de observar que esse pode ser um dos possíveis motivos pelos quais temos visto cada vez mais estrangeirismos sendo usados no Brasil, principalmente oriundos da língua inglesa.

As línguas são meios de dominação, mas não podemos inibir a entrada de outros elementos lexicais. Cada país trata o problema da entrada de novos termos ao seu vocabulário de formas diferentes. A França, por muitos anos, aboliu e proibiu o uso de termos da língua inglesa. Os argentinos e os espanhóis se negam a pronunciar nomes estrangeiros como na língua de origem.

As influências lingüísticas de uma nação sobre outra não podem ser consideradas parcialmente. É preciso levar em consideração todo um conjunto cultural agregado ao idioma que, dessa forma, pode ser visto como elemento de disseminação cultural.

Podemos insinuar que língua e cultura são duas faces do mesmo objeto. É por isso que o domínio de uma língua estrangeira representa mais do que uma simples habilidade lingüística: representa aptidão multicultural, bem como versatilidade de estruturar o pensamento por diferentes vias e de interpretar realidades sob diferentes óticas. Isso, em certo sentido, não implica comprometimento direto de nossa língua-mãe nem de nossa cultura.

A língua portuguesa já sofreu outras influências além do inglês, como do francês e do árabe. A verdade é que nenhuma língua é pura. No entanto, a estrutura da língua portuguesa não foi alterada por essas influências. Os estrangeirismos, em

sua grande maioria, têm vida curta ou são incorporados naturalmente à língua, sem prejuízo às normas cultas das nossas gramáticas oficiais.

Enfim, o estrangeirismo passa a contribuir para a integração da pessoa a novos conhecimentos e vocabulários, acrescentando a ela uma nova cultura e uma facilidade de compreensão na evolução cultural.

Por outro lado, preocupado com o uso desenfreado de termos estrangeiros, o deputado federal Aldo Rebelo desenvolveu um Projeto de Lei que dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa.

Há pessoas que se preocupam com isso e outras que acham que tudo é apenas evolução lingüística. O objetivo deste trabalho é mostrar o confronto das duas opiniões, que causa tanta polêmica, e a reflexão sobre o projeto de lei do parlamentar, através de uma pesquisa bibliográfica.

Em um primeiro momento, vamos fazer um breve passeio sobre a história do estrangeirismo e suas influências no Brasil. Vamos abordar o tema globalização, estudar sobre a carga cultural trazida por essa nova ordem econômica.

No segundo capítulo, abordaremos as justificativas, o debate e a polêmica levantados pelo Projeto de Lei nº 1.676, de 1999, do deputado Aldo Rebelo.

E, no terceiro e último capítulo, discutiremos os prós e contras do projeto, através das opiniões de alguns profissionais ligados à lingüística.

1 HISTÓRIA DOS ESTRANGEIRISMOS NO BRASIL

Os estrangeirismos existem há muito tempo, mas entraram em discussão a partir da repercussão que começaram a ter no final do século XIX, com os chamados “galicismos”, estrangeirismos vindos da língua francesa.

A língua portuguesa falada no Brasil na verdade nem sempre foi portuguesa, pois no século XVI quando o Brasil foi descoberto que a língua falada aqui era a então chamada língua geral, que tinha sua base principalmente no tupi e nas línguas faladas pelos escravos africanos, respectivamente as línguas banto e sudanesas da África. O português era falado pelas famílias vindas de Portugal, e começou a ser introduzido no nosso país através da catequese. Surgiu então uma “língua de emergência”, falada pelos mamelucos (descendentes da mistura de negros com brancos) e mulatos (descendentes da mistura de negros com brancos), que tinham necessidade de se comunicarem nas duas línguas, e também pelos mercadores e bandeirantes que por aqui passavam.

Entra em vigor, a partir de então, uma segunda fase da língua portuguesa, que ainda não é totalmente portuguesa. Com o aumento significativo de imigrantes portugueses no nosso país, a língua geral vai ficando cada vez mais escassa e passa a ser falada somente no interior e nas aldeias jesuítas. Mas o português só é oficialmente introduzido no Brasil com a chegada da Família Real, em 1808, iniciando uma terceira fase da língua portuguesa no nosso país, que dura até hoje.

Em 1822, após a independência, o português do Brasil sofreu influências de imigrantes europeus que se instalaram no centro e sul do país.

Desde o século XVI até praticamente a metade do século passado, os estrangeirismos introduzidos na nossa língua eram caracterizados, geralmente, por

motivos sócio-culturais, religiosos e econômicos ou comerciais. É esta uma justificativa para a introdução dos inúmeros termos franceses na língua portuguesa, no início do século XIX.

A distância entre as variantes de Portugal e Brasil mais uma vez aumentou com os avanços tecnológicos no século XX.

Com o crescimento dos Estados Unidos, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, a influência norte-americana é a mais recente em nossa língua. A partir desse momento, os termos ingleses passaram a ter significado internacional, sendo também usados por nós brasileiros, daí o surgimento de tantas palavras inglesas que atualmente fazem parte do nosso cotidiano.

Os americanos tinham como objetivo acabar com qualquer ligação do Brasil com os países do eixo, principalmente a Alemanha. E também alimentavam o propósito de fazer uma política da “boa vizinhança” para conquistar a simpatia do povo e, futuramente, vender sua cultura e seus produtos em nosso território.

A cultura americana começou a chegar para nós através do cinema, da música e da televisão. Hoje, a língua portuguesa do Brasil defere em muitos pontos do português de Portugal. É uma língua dinâmica, que está diariamente, principalmente por causa da globalização, sofrendo influências de outras línguas.

1.1 A EVOLUÇÃO DO ESTRANGEIRISMO

Um idioma evolui quando entra em contato com outro. Já sabemos que o latim influenciou radicalmente a língua portuguesa, misturado com o tupi e com o guarani, formou uma miscelânea na comunicação. Essa mistura foi adotada como língua materna de nosso povo, impedindo que o português lusitano, os dialetos

africanos e o nativo fossem preservados. Até a metade do século XVII, o tupi era usado como língua geral. O português era ensinado nas escolas pelos jesuítas, mas no cotidiano a língua falada era a dos índios.

Até o início do século XX, o francês era a língua que tinha maior influência internacional. Nos dias atuais é a língua inglesa que tem mais utilidade.

Para Barbosa (1990, p. 71), “o estrangeirismo consiste em transferir (transcrever ou copiar) para o TLT (texto da língua traduzida) vocábulos ou expressões da LO (língua original) que se refiram a um conceito, técnica ou objeto mencionado no TLO (texto da língua original) que seja desconhecido para os falantes da LT (língua traduzida)”, ou de acordo com Faraco (2002, p. 9), “são as palavras e expressões de outras línguas, usadas correntemente em algumas áreas do nosso cotidiano”. Podemos concluir, então, que estrangeirismos são as palavras estrangeiras que vão surgindo no nosso dia-a-dia, se incorporando na nossa linguagem.

O estrangeirismo está subdividido em três tipos:

- Empréstimo: é um dos tipos mais comuns de estrangeirismo, que consiste em palavras estrangeiras que de tanto serem usadas foram incorporadas à língua portuguesa num formato aportuguesado. Por exemplo: futebol (*football*), bife (*beaf*), uísque (*whisk*), coquetel (*cocktail*), lanche (*lunch*), clube (*club*), boate (*boite*), bale (*ballet*). Assim como estas, existem muitas outras palavras estrangeiras que passam despercebidas no nosso vocabulário.

- Decalque: traduz literalmente sintagmas ou tipos frasais da língua original no texto da língua traduzida. Por exemplo: *task force* (força-tarefa), *textbook* (livro texto), *case study* (estudo de caso).

- Adaptação: ocorre quando palavras estrangeiras são totalmente inseridas na língua portuguesa. Por exemplo: *fast-food*, *delivery*, *pizza*, *workshop*, *self-service*,

home banking, vip, pet shop, showroom, trailer, mouse, outdoor, scanner, shopping center, workaholic, download, folder, promoter, pay-per-view, home page, office-boy, hot dog, etc.

A constante presença de palavras oriundas da cultura americana, do imperialismo americano, tem contribuído muito para se acrescentar inúmeras palavras da língua inglesa ao nosso vocabulário, especialmente palavras ligadas ao lazer, ao esporte, à alimentação e à tecnologia. Existem palavras de origem inglesa que foram aportuguesadas para fazerem parte do nosso vocabulário oficial, contudo, muitas ainda não sofreram modificações, conseqüentemente, não foram acrescentadas em nossos dicionários, nem por isso deixamos de utilizá-las diariamente.

1.2 GLOBALIZAÇÃO E ESTRANGEIRISMO

A globalização é uma preocupação mundial e junto com ela surge a necessidade de uma língua universal. Não há dúvida de que os estrangeirismos são importantes para o crescimento de uma cultura e enriquecimento de uma determinada língua, assim como para a evolução da mesma.

Pelas ruas é comum vermos o uso de palavras inglesas, e o comércio é um dos principais usuários dessa importação em grande escala. É o caso das lojas que usam a palavra *sale* para anunciar uma promoção de seus produtos ou *off* ao invés de desconto.

A informática também é uma das áreas que mais faz uso dos estrangeirismos, já que o rápido avanço tecnológico e, principalmente, a importação de tecnologia

obriga, muitas vezes, o importador a trazer também os vocábulos, sendo que devido à novidade da área não há palavras equivalentes na língua portuguesa.

Estamos nos utilizando cada vez mais de palavras vindas do inglês como, por exemplo, “linkar” ao invés de ligar. E é tão constante essa mudança que muitas palavras quando traduzidas para o português não são reconhecidas, como a palavra sítio que normalmente não saberíamos do que se trata a não ser que usássemos do modo habitual, que é “site”.

Segundo Alves (1992), o fato de os norte-americanos dominarem uma boa parte do mercado ligado à tecnologia faz com que sejam introduzidas em nossa língua muitas palavras dessa área, especialmente aquelas usadas em informática. Existe uma invasão cultural, ou a introdução de elementos culturais norte-americanos no dia-a-dia de quase todos os brasileiros, tornando-os “americanizados”. São pessoas que tomam *Coca-Cola*, fumam *Hollywood*, praticam *surf*, curtem *rock*, vestem *jeans*, comem no *Mc Donald's*, assistem ao *Mickey*, navegam na *Internet*, usam o *mouse*, e muitos outros termos que já estão incorporados ao nosso cotidiano.

Essas e muitas outras palavras estrangeiras poderiam ser facilmente adaptadas ao português. Existem algumas pessoas que não aderiram a esse modismo da globalização e tentam manter viva a sua língua-mãe. É o caso do escritor José Saramago, que se recusa a falar “mouse”, ele chama de rato um dos acessórios do computador.

Ele afirma em uma entrevista, quando questionado sobre o que pensava a respeito do estrangeirismo, não entender porque evitamos a colonização, com tantas medidas que tomamos, se no fundo gostamos de ser colonizados. Ou seja, a

globalização tem sido uma forma de colonização, onde o mais forte irá impor sua cultura.

A cultura é toda a atividade humana que se transmite ativamente por meio da comunicação. Essa premissa deixa clara a estreita relação entre cultura e o processo da comunicação.

Levamos em conta, então, que a cultura é uma série de costumes e atitudes restritas a um grupo, que é passada de geração em geração e a linguagem é o meio de transmissão desses costumes. O comprometimento da linguagem compromete a cultura, ou seja, qualquer alteração na linguagem que transmitirá uma mensagem modificará a maneira como ela será assimilada.

Nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 60, esse pensamento deixou de ser questionado pelas populações. Isso ocorreu devido ao intenso processo de miscigenação lingüística, que se traduz pelas presenças de estrangeirismos recorrentes na língua. E em quase todos os casos em que ocorre a introdução de um termo estrangeiro na língua pátria, ele não é necessário, pois existe já naquela língua um termo de igual valor semântico.

A globalização passa a ser é um dos maiores motivos para que esses termos estrangeiros sejam introduzidos ao vocabulário nacional.

2 JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI

É evidente que nunca teremos uma língua pura, sem nenhum tipo de influência. Mas, na busca de proteger a língua portuguesa dos abusos cometidos pelo uso dos estrangeirismos, o deputado federal Aldo Rebelo ousou lançar um Projeto de Lei que, segundo suas justificativas, deve “romper com tamanha complacência cultural, e, assim, conscientizar a nação de que é preciso agir em prol da língua pátria, mas sem xenofobismo ou intolerância de nenhuma espécie. É preciso agir com espírito de abertura e criatividade, para enfrentar – com conhecimento, sensibilidade e altivez – a inevitável, e claro que desejável, interpenetração cultural que marca o nosso tempo globalizante”.

Não podemos impedir que a língua portuguesa mude através do tempo, pois a língua também se adapta a necessidade de cada geração, aos seus costumes e influências. Assim, é compreensível o uso de palavras estrangeiras que não tenham correspondentes em nossa língua. Não conseguiremos extinguir o inglês da língua portuguesa, ou colocá-lo numa redoma onde esteja protegido dos estrangeirismos, mas não podemos fechar os olhos e fingir que nada está acontecendo.

O Projeto de Lei do deputado federal Aldo Rebelo foi enviado ao Congresso em 1999, mas até hoje tem gerado inúmeras discussões e protestos em torno do assunto estrangeirismo. O Projeto objetiva promover, proteger e defender a língua portuguesa, bem como definir o seu uso em certos domínios socioculturais.

Para o deputado, o nosso idioma passa por uma transformação sem precedentes históricos. “Um dos elementos mais marcantes da nossa identidade nacional reside justamente no fato de termos um imenso território com uma só língua, esta plenamente compreensível por todos os brasileiros de qualquer rincão,

independentemente do nível de instrução e das peculiaridades regionais de fala e escrita. Esse – um autêntico milagre brasileiro – está hoje seriamente ameaçado”, salienta o parlamentar.

Ele continua sua justificativa alegando que a descaracterização da língua está ocorrendo de uma forma tão veloz, que logo ficará difícil estabelecer um parâmetro entre a comunicação oral e a escrita: “De fato, estamos a assistir a uma verdadeira descaracterização de estrangeirismos – como ‘holding’, ‘recall’, ‘franchise’, ‘coffee-break’, ‘self-service’ – e de aportuguesamentos de gosto duvidoso, em geral despropositados – como ‘startar’, ‘printar’, ‘bidar’, ‘atachar’, ‘database’. E isso vem ocorrendo com voracidade e rapidez tão espantosas que não é exagero supor que estamos na iminência de comprometer, quem sabe até truncar, a comunicação oral e escrita com o nosso homem simples do campo, não afeito às palavras e expressões importadas, em geral do inglês norte-americano, que dominam o nosso cotidiano, sobretudo a produção, o consumo e a publicidade de bens, produtos e serviços, para não falar das palavras e expressões estrangeiras que nos chegam pela informática, pelos meios de comunicação de massa e pelos modismos em geral.”

Outros países como a França, por exemplo, já criaram leis proibindo o uso de estrangeirismos. A lei francesa *Toubon* proíbe o uso de língua estrangeira em propagandas e vendas de bens e serviços, embalagens, garantias, placas, anúncios afixados em locais públicos, seminários, congressos e exige que publicações em outros idiomas tragam um resumo em francês sobre o assunto tratado.

O Projeto de Lei define como prática abusiva os casos em que a palavra ou expressão em língua estrangeira utilizada tiver equivalente em língua portuguesa. Também define como prática enganosa se a palavra ou expressão em língua

estrangeira puder induzir qualquer pessoa a erro ou ilusão de qualquer espécie; e prática danosa ao patrimônio cultural se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder descaracterizar qualquer elemento da cultura brasileira.

O campo de ação do Projeto de Lei é o léxico, já que pretende coibir o uso de certas palavras estrangeiras nos meios de comunicação, no anúncio e publicidade comerciais. Com isso, a lei se tornaria uma barreira na descaracterização do português brasileiro.

Após a publicação da lei, as palavras ou expressões em língua estrangeira postas em uso no território nacional ou em repartição brasileira no exterior terão que ser substituídas por palavras ou expressões equivalentes em língua portuguesa.

Um dos pontos polêmicos do projeto é o uso constante de termos estrangeiros na literatura científica e técnica. Segundo Rebelo, estes neologismos da nomenclatura técnica e científica “devem ser aportuguesados para adquirir a feição e a sonoridade de um verso de Camões”.

Apesar de a Constituição dizer que língua portuguesa é o idioma oficial brasileiro, a presença de estrangeirismos é marcante. A Academia Brasileira de Letras é responsável por fazer o vocabulário ortográfico da língua portuguesa, e tem função importante no aportuguesamento das palavras estrangeiras. Nos termos do Projeto de Lei apresentado, continuará desempenhando seu tradicional papel de centro maior de cultivo da língua portuguesa no Brasil.

Não se pode nem deve impedir o uso de termos estrangeiros na língua portuguesa, mas através de leis, como é o caso do Projeto de Lei, e das discussões em torno do tema, acreditamos que haja uma conscientização da população sobre a importância do patriotismo.

A deputada gaúcha Jussara Cony, que não só apóia o projeto do deputado Aldo Rebelo, como também, propôs um projeto praticamente idêntico à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (Projeto de Lei nº 65/2000), justifica sua postura afirmando que o idioma é um dos principais elementos identificadores e integradores de uma nação.

3 PRÓS E CONTRAS DA APLICABILIDADE DO PROJETO DE LEI

Podemos, agora, começar a elaborar um processo de defesa ou repúdio ao Projeto de Lei nº 1.676/99. Se a intenção do deputado Aldo Rebelo era colocar o tema em questão, ele foi bem-sucedido. E, se tantas discussões foram levantadas, tantas opiniões foram publicadas, é um indício de que o povo está interessado no assunto e se preocupa com a nossa língua e cultura.

A deputada Jussara Cony defende a idéia do projeto de Aldo Rebelo e do seu, alegando que conseguimos manter a unidade, diante de nossa imensidão territorial, através do idioma comum a todos os brasileiros. O uso de uma única língua nos proporciona esse verdadeiro milagre:

“Nosso idioma tem a opulência léxica de 350 a 400 mil vocábulos, segundo estimativa do filólogo Antonio Houaiss. A língua portuguesa é falada, hoje, por cerca de 208 milhões de indivíduos, prevendo-se que, para o ano de 2030, venha a ser falada por 336 milhões de pessoas. É, portanto, um patrimônio cultural a ser preservado.

Não se trata de xenofobia ou intolerância agir em prol da língua pátria; trata-se, isto sim, de estar-se atento aos evidentes sinais de descontentamento com a descaracterização a que está sendo submetido o nosso idioma frente à invasão corrosiva dos estrangeirismos desnecessários”.

O deputado Aldo Rebelo (apud NUNES, 2000, p. 39) vem em seu próprio socorro ao afirmar que não é sua intenção acabar com os estrangeirismos:

“Meu projeto visa estabelecer o equilíbrio entre mudança, continuidade e permanência. Não é nada contra a língua estrangeira, mas em defesa do nosso idioma. (...) Não há lei que impeça a violência no trânsito, não há lei que impeça crimes hediondos, mas há lei que iniba. O que impede o crime no trânsito e a violência é a civilização e a educação, mas eu duvido que alguém queira jogar o código de trânsito no lixo por causa disso”.

A professora de Filologia Romântica do Mackenzie e doutora em Língua e Literatura Grega pela USP, Neide Smolka (2000), coloca-se totalmente a favor da tradução dos estrangeirismos para o português:

“Com certeza tem que ser contida a invasão abusiva, a exploração da ignorância do povo, a desculpa das pretensas leis de mercado, até mascaradas com este estrangeirismo chamado ou apelidado de marketing. (...) Nossa língua é rica, linda, poderosa como instrumento de comunicação. Por isso, ela pode perfeitamente prescindir de vocábulos, expressões idiomáticas ou mesmo exóticas de outras realidades que nos agridem”.

Vamos, também, considerar a posição do professor Pasquale (apud NUNES, 2000, p. 41), que em entrevista à revista Educação afirmou: “não sou contrário ao estrangeirismo desde que seja uma novidade e venha preencher uma lacuna, um termo que falte na língua. O que me incomoda é o estrangeirismo só a título de tolice”. Na mesma entrevista, o professor foi questionado quanto ao limite entre o exagero e o aceitável no uso de estrangeirismos: “O limite é o bom senso e o bom senso não tem medida. É a necessidade, é o uso natural, espontâneo, aquele que vem para preencher espaços ociosos”, respondeu.

Não podemos deixar de citar o escritor, professor e doutor em lingüística, Carlos Alberto Faraco, que reuniu alguns dos maiores nomes nacionais da área e organizou um livro intitulado *Estrangeirismos: Guerras em Torno da Língua* (Parábola, 2002), que reúne artigos em crítica ao Projeto do deputado Aldo Rebelo. Logo no prefácio, Faraco argumenta que a criação deste livro teve origem num equívoco, que é o Projeto de Lei 1.676/99:

“(...) Tudo começou quando um deputado federal, andando pelas ruas de nossas cidades, achou que a quantidade de palavras e expressões estrangeiras (principalmente o inglês) era excessiva. Num raciocínio simplista, concluiu que a língua portuguesa estava sendo completamente descaracterizada e seriamente ameaçada, pondo em risco todo nosso patrimônio cultural!”

Para alguns estudiosos, contrários a aplicação do Projeto de Lei, a verdadeira essência da língua é a fala, e não a escrita. A fala precede a escrita em todas as línguas naturais, e sabe-se que há mesmo línguas que jamais desenvolveram a escrita. Ignorar os apelos da energia vital da oralidade como propulsora desse mesmo progresso é de certo modo condenar uma língua à mumificação. Tentar legislar em prol da estabilidade de uma língua só poderá ter como resultado um projeto estático, perfeito, mas sem aplicação prática. É o que justificam Garcez e Zilles (2002, p. 28):

“Ao tomar-se equivocadamente a escrita como núcleo da linguagem, perde-se de vista a sua verdadeira essência que é a fala, dotada de vitalidade incontrolável. Isso quer dizer as línguas humanas estão em constante movimento, por variação e mudança dentro da comunidade lingüística, de uma geração para outra, sendo o contato entre os dialetos e línguas uma força motriz comum e de grande relevância nesse processo. Ou seja, empréstimo sempre houve e sempre haverá.”

Segundo Bagno (2002, p. 81) não dá para isolar a língua. Para que ela permanecesse idêntica ao que era quando nasceu, teoricamente seria necessário que fosse de tal forma isolada de qualquer contato externo:

“Não existe língua pura: o vocabulário de qualquer língua do mundo é o resultado de séculos de intercâmbios com outros povos, outras culturas e, conseqüentemente, outras línguas. E agora que esses intercâmbios são ainda mais intensos e freqüentes, e muito mais velozes, lutar contra os empréstimos lingüísticos é uma luta desde já perdida.”

Para muitos, não é necessário ter uma lei para proteger a língua, já que os próprios falantes decidem o que deve ou não ser usado e quem pode ou não usá-lo. A língua é usada como um elemento de identidade, aproximando ou excluindo os indivíduos. Fiorin (2002, p. 114) acrescenta:

“A variação é inerente às línguas, porque as sociedades são divididas em grupos: há os mais jovens e os mais velhos, os que habitam uma região ou outra, os que têm esta ou aquela profissão, os que são de uma ou outra classe social e assim por

diante. O uso de determinada variedade lingüística serve para marcar a inclusão num desses grupos, dá uma identidade para seus membros.”

Da mesma forma que os povos dominados recebem empréstimos lingüísticos de nações dominantes, estas, de uma maneira mais amena, também apresentam em seu vocabulário, estrangeirismos. Ou seja, ainda que a adoção de empréstimos seja mais relevante em países dominados, o outro lado, isto é, os países dominantes também têm, no conjunto lexical, sua porção de palavras importadas. Este fato pode ser incentivado, no caso do Brasil, pelas suas dimensões territoriais e demográficas. A realidade territorial brasileira exige das culturas dominantes, em determinadas circunstâncias, acomodação lingüística, a fim de que essas nações possam interagir com o universo brasileiro, como exemplifica Aubert (2001, p.171):

“Demonstra essa circunstância a designação oficial do Brasil como *Federative Republic of Brazil*, embora um termo mais próximo à idiomaticidade do inglês teria sido *Federal Republic of Brazil*. Do mesmo modo, para permitir à cultura anglo-saxã lidar com a realidade brasileira, foi necessário cunhar o termo *quotaholter*, para designar o sócio-quotista de uma empresa de responsabilidade limitada, posto que *shareholder* ou *stockholder* gerariam imprecisão, tendentes a ser percebidos como equivalente a acionista de sociedade anônima”.

Para os que são contra ao Projeto de Lei, não se deve exacerbar o preconceito lingüístico. Ao tentar defender a língua dos ataques externos, corre-se o risco de não perceber os perigos internos. Assim como nenhuma língua é pura, nenhuma língua é homogênea. Garcez e Zilles (2002, p.27) argumentam:

“Ora, ao se configurar um elemento externo como ameaça comum, apagam-se as diferenças lingüísticas que marcam as divisões internas dos grupos que disputam recursos na sociedade. Dissimulam-se as identidades de classe dos brasileiros desiguais que, ao contrário do mito nacional reafirmado pelo discurso legislativo antiestrangeirismos, falam diferente e marcam suas diferentes identidades justamente pelo jeito que falam.”

Garcez e Zilles, quando fazem referência ao “esforço do deputado Aldo Rebelo em proteger a língua portuguesa mantendo-a pura de influências externas, remetem esse posicionamento para outro problema. Este tipo de lei que vê no elemento estrangeiro uma ameaça à identidade nacional traz subentendida a idéia de que se pretenda defender, também, uma só língua, a língua de poder, sob controle da classe dominante. Neste sentido, supõe-se então que a língua teria que se manter pura até dos ataques e influências internos, da língua falada pela classe dos menos favorecidos.

CONCLUSÃO

Ao refletirmos sobre a questão da língua, é claro que ela, sendo um organismo vivo, está sujeita a sofrer mudanças, transformações. Ela não é estática, inerte, imutável, até mesmo por depender da participação do indivíduo. Isso ocorre em todas as línguas.

Desde o dia em que a língua portuguesa passou a ser oficial no Brasil, ela já começou a sofrer mutações. Os indivíduos que ensinavam nem sempre eram os mesmos, portanto, cada um tinha o seu próprio modo de falar e ensinar. As pessoas possuíam uma bagagem lingüística própria, e por assim dizer, individual. Também os colonizados, por mais humildes que pudessem ser, já tinham consigo incorporados outros conhecimentos lingüísticos.

Portanto, é impossível que se diga que a língua portuguesa é pura, única e imutável. As línguas mudam, evoluem, se desenvolvem. E a incorporação de termos estrangeiros em nossa língua existiu e sempre existirá.

A língua é dinâmica e quanto mais plástica e permeável ela for, mais expressiva tornar-se-á, possibilitando comunicação efetiva e estreitando as distâncias entre outras línguas.

Ao fazermos uso de termos estrangeiros, de certa forma, estamos colaborando para provocar uma renovação lexical e, em conseqüência, podemos considerar que, lingüisticamente, estamos fornecendo recursos ao fenômeno do enriquecimento da língua.

Podemos afirmar que, para justificar o seu Projeto de Lei, pelo menos um dos argumentos usados pelo deputado Aldo Rebelo não tem fundamentação científica. Ao afirmar que os estrangeirismos estão descaracterizando a língua portuguesa

falada no Brasil, o deputado se esquece de que os empréstimos fazem parte da dinâmica da língua, ao mesmo tempo em que refletem a situação de determinado momento histórico do povo que a usa.

Muito se fala de que o uso do estrangeirismo dificulta a compreensão da mensagem por todos. Mas devemos pensar que a própria língua portuguesa tem suas variantes. Muitas palavras têm a escrita e a pronúncia totalmente diversas umas das outras, mesmo se falando ou escrevendo a mesma língua.

Devemos lembrar que nem todas as pessoas têm acesso a um linguajar jurídico, médico, mais rebuscado. Em diversos casos, o indivíduo não compreende a decisão de um juiz, devido aos termos lingüísticos elevados que o magistrado usa. O mesmo ocorre com o médico, ao defender sua tese. Em mãos leigas seu trabalho seria totalmente incompreendido.

Com certeza existem problemas na comunicação dos brasileiros, mas isso não se deve ao fato de alguns usarem expressões estrangeiras ou não. Não se trata da língua que se fala, mas sim do nível educacional da população. O que falta ao brasileiro é mais informação e acesso a boas escolas, bons professores e bons livros. Infelizmente, o Brasil é um país onde o índice de analfabetos e semi-analfabetos é alto, onde a educação é fraca e o investimento na melhoria é pouco.

A língua por si mesma só impedirá o excesso de estrangeirismo se ela fizer parte da cultura e da educação do povo que a usa. Sabemos que o processo de educação escolar tem grande responsabilidade de preservar a língua portuguesa, e só atingiremos a cultura ideal se instituirmos um sistema educacional digno, tanto para professores como para alunos.

Ao invés de gastar esforços e tempo em projetos de lei voltados para a proteção da língua, o Governo deveria se preocupar em fazer mais investimentos no

setor educacional. Deveríamos nos preocupar mais em aprender e ensinar a língua portuguesa; divulgá-la às camadas mais carentes de ensino e educação da sociedade brasileira.

O papel dos parlamentares é lutar para que esse investimento em educação chegue aos mais longínquos rincões do Brasil, e aí sim, estariam protegendo não só a língua portuguesa, como toda a cultura brasileira, que é tão rica e diversificada.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Júlia Falivene. *A invasão cultural Norte-Americana*. São Paulo: Moderna, 1992.
- AUBERT, Francis Henrik. *Preconceitos lingüísticos subjacentes ao projeto de lei nº 1676/99*. In: URBANO, Hudinilson et al. (org) *Dino Preti e seus temas*. São Paulo: Cortez, 2001
- AZEVEDO, Eliane. *Projeto de Lei Contra Estrangeirismos é Puro Nacionalismo*. São Paulo: JB, 2002.
- BARBOSA, Heloísa Gonçalves. *Procedimentos Técnicos da Tradução*. São Paulo: Pontes, 1990
- FARACO, Carlos Alberto. *Estrangeirismos: Guerras em Torno da Língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- MATOS, Olgária Chaim Feres. "Globalização Atropela a Cultura". *Folha de São Paulo*, 7/5/1995.
- NETO, Pasquale Cipro. "Expansão do Inglês Contamina Idiomas". *Folha da São Paulo*, 12/10/1997.
- NUNES, Edson. "Yankees, Go Home". *Revista Educação*, Outubro, 2000.
- SACCONI, Luís Antônio. *Não erre mais*, 23 ed., São Paulo: Atual Editora, 1998.
- SMOLKA, Neide. *Formação da Língua Portuguesa*. Movimento Nacional em Defesa da Língua Portuguesa, 2000.